



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 3 DE JANEIRO DE 2024

LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho

Presenças

Grupo PS	António José Mateus de Matos Ana Margarida Coelho Gaspar Coelho
Grupo PSD	Ana Margarida Lopes José Paulo de Carvalho Pereira
Grupo CDU	Mara Lúcia Almeida de Oliveira
Grupo Chega	Maria Inês da Graça Louro

Hora de início: 9:40 horas

Faltaram: Silvino José da Silva Lúcio – Presidente – representação externa do Município (trabalhos conduzidos pelo Sr. Vice-presidente)

As intervenções poderão ser ouvidas na íntegra através do link: <https://youtu.be/FMGKB1rHero>

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES

A Sra. Vereadora Inês Louro recordou que têm vindo a realizar-se alterações das datas das reuniões do Executivo e, como tem sessões de julgamento nas datas das próximas reuniões apela a que se pondere realizar as alterações necessárias. Continuando, manifestou descontentamento com a falta de intervenção da REFER no que concerne ao arranjo e/ou substituição dos elevadores na estação da sede do concelho. Lembrou que ainda não foi presente ao Executivo proposta respeitante à situação do passe das Virtudes, o que é um compromisso. Questionou relativamente às datas expectáveis para a abertura do restaurante do Páteo do Valverde, para o início das obras na EN3 e para o programa de intervenções na rede viária do Concelho. Relativamente à situação dos RSU defende que cabe à Câmara um papel um papel de sensibilização da população.

Em resposta, o Sr. Vice-presidente informou que os trabalhos no Valverde têm sido acompanhados, já foram realizadas várias insistências e espera-se, que, a curto prazo, seja entregue um novo pedido de prorrogação de prazo para a finalização das obras. Caso contrário tem que se assumir uma posição mais energética.

Quanto às obras na EN3, o processo encontra-se no Tribunal de Contas. O procedimento das estradas no concelho virá a uma próxima reunião. Reconhece a falta de civismo da população. Nas vésperas de Natal e Ano Novo não houve recolha, mas, posteriormente, a pedido da Câmara, houve um reforço.

Interveio a Sra. Vereadora Ana Margarida Lopes para solicitar que, a breve prazo, se dê início à obra de requalificação na Escola Secundária, intervenção que tem vindo a ser adiada ano após ano.

O Sr. Vice-presidente lembra que, até há dois anos, a responsabilidade direta da intervenção na escola Secundária não era da Câmara.

Tomou, em seguida, a palavra o Sr. Vereador José Paulo para salientar a necessidade de solidariedade institucional. No quadro do cinquentenário do 25 de abril, abordou a situação de carência, no concelho de saúde, habitação, bem como de resposta a outras necessidades básicas da população. Sobre a Triaza, solicitou os estudos técnicos mencionados pelo Sr. Pires. Criticou a falta de fiscalização dos trabalhos da Ecoambiente. Em sua opinião há um retrocesso no sistema de recolha seletiva. Quanto ao estacionamento na vila de Azambuja, dado que o PSD se dispôs a participar na resolução do problema, solicita que sejam fornecidas as plantas da vila.

O Sr. Vice-presidente declarou que serão fornecidos dados relativamente à recolha seletiva, bem como as plantas solicitadas.

ORDEM DO DIA

A Ata da reunião ordinária de 21 de novembro de 2023 foi **retirada**.

1. PROPOSTA N.º 1/P/2024 – FUNDOS DE MANEIO

O Sr. Vice-presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando:

- que o ponto 2.9.10.1.11 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (e mantido em vigor pela alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – SNC- AP), permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos de Maneio visando proceder a aquisições pequenas, urgentes e inadiáveis;

- o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Maneio, no POCAL, na Norma de Controlo Interno (Art. 22.º - Proposta 80/P/2014 aprovada em 22 de julho), e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos de Maneio aprovado em reunião da Câmara Municipal de 3 março de 2003 e alterado em 04 de fevereiro de 2004;

- ainda, o estabelecido na alínea a) do n.º 3 do artigo 14º da Lei n.º 142/2015, de 9 de setembro, quanto ao montante transferido para os municípios com vista ao funcionamento das CPCJ.

- **Proponho** a constituição dos Fundos de Maneio a afetar às seguintes rubricas de classificação orçamental:

Fundos de Maneio 2024 (Trimestrais)

Códigos	DESIGNAÇÃO	DAF	DIS	CPCJ
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			
0201	Aquisição de bens:			
020101	Matérias-Primas e Subsidiárias	100		
020105	Alimentação - refeições confeccionadas	100	20	50
020106	Alimentação - géneros para confeccionar	50	50	50
020108	Material de escritório	80		
020110	Produtos Vendidos nas Farmácias		40	60
020112	Material de Transporte — Peças	200		
020121	Outros bens	200	40	27,05
0202	Aquisição de serviços:			
020210	Transportes	20	20	20
020220	Outros trabalhos especializados	100		
020225	Outros serviços	150	100	100
	Total	1.000	270	307,05

A indicação do responsável pela gestão dos Fundos de Maneio DAF e DIS caberão aos respetivos dirigentes do serviço e do Fundo de Maneio-CPCJ ao Presidente da CPCJ.”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 1/P/2024 foi aprovada**, com **três votos a favor (PS e CDU)** e com **três abstenções (PSD e Chega)**.

2. PROPOSTA N.º 2/P/2024 – FUNDOS FIXOS DE CAIXA

O Sr. Vice-presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando:

- que o ponto 2.9 do POCAL (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e parcialmente mantido em vigor pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – SNC-AP), permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos Fixos de Caixa visando exclusivamente facilitar trocos a serviços responsáveis por cobrança em locais distintos da Tesouraria;

- o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Caixa, no art.º 23 da Norma de Controlo Interno (Proposta 80/P/2014, aprovada em 22 de julho) e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos Fixos de Caixa aprovado em reunião de Câmara Municipal de 22 de janeiro de 2007.

Proponho a constituição, em 2024, de:

- um Fundo Fixo de Caixa, no valor de trezentos euros a atribuir ao DAF – UAP/EdC;

- um Fundo Fixo de Caixa, no valor de cento e vinte euros a atribuir à DDJ.

A reposição será realizada de acordo com o Regulamento respetivo, cabendo a indicação dos responsáveis pela gestão dos Fundos de Caixa e a respetiva repartição por caixa ao dirigente dos serviços e/ou eleito responsável pelos mesmos.”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 2/P/2024** foi aprovada, com três votos a favor (PS e CDU) e com três abstenções (PSD e Chega).

3. PROPOSTA N.º 3/P/2024 – REVALIDAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA NASCENTE DE AVEIRAS DE CIMA (PPZNAC) - PROCESSO 178/23 DIV¹

O Sr. Vice-presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“**CONSIDERANDO:**

- Que no âmbito das suas atribuições, o Município de Azambuja, visa a prossecução do interesse público e, através dele, a satisfação das necessidades coletivas inerentes aos direitos e legítimos interesses dos municípios;
- Que compete à Câmara Municipal de Azambuja o exercício dos poderes públicos municipais relativamente ao conteúdo, procedimento de elaboração, de aprovação e de execução do plano, e a observância dos regimes legais relativos ao uso do solo e às disposições dos demais programas e planos territoriais, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
- Que compete ainda à Câmara Municipal, planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização;
- Que compete à Câmara Municipal, garantir a existência de espaços públicos destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva, acautelando que todos tenham acesso aos mesmos em condições de igualdade;
- Que a Câmara Municipal deve promover a execução coordenada e programada do planeamento territorial com a colaboração, nomeadamente, de entidades privadas;
- O conteúdo da proposta 86/P/2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que constitui o Anexo I a esta proposta;
- O Conteúdo da informação 30/PN/DPU/2023, que constitui o Anexo II a esta proposta.

PROPONHO QUE:

A Câmara Municipal, na prossecução das atribuições do Município no domínio da “promoção do desenvolvimento” e do “ordenamento do território e urbanismo”, previstas nas alíneas m) e n), respetivamente, do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, que estabelece, nomeadamente, o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), delibere:

1. Revalidar o procedimento de elaboração do PPZNAC, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, que decorrerá no prazo de 16 meses;
2. Revalidar o Contrato de Planeamento, em minuta, de acordo com o n.º 2 do artigo 81.º do RJIGT;
3. Sujeitar o Plano a Avaliação Ambiental Estratégica, segundo o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 78.º do RJIGT conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado;
4. Estabelecer o período de participação, pelo prazo de 15 dias úteis, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do Plano, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º conjugado com n.º 2 do artigo 88.º, ambos do RJIGT.”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 3/P/2024** foi aprovada por unanimidade.

4. PROPOSTA N.º 4/P/2024 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA AVETEL PARK (PPAP) PROCESSO 170/23 DIV¹

O Sr. Vice-presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“**CONSIDERANDO:**

- Que no âmbito das suas atribuições, o Município de Azambuja, visa a prossecução do interesse público e, através dele, a satisfação das necessidades coletivas inerentes aos direitos e legítimos interesses dos municípios;
- Que compete à Câmara Municipal de Azambuja o exercício dos poderes públicos municipais relativamente ao conteúdo, procedimento de elaboração, de aprovação e de execução do plano, e a observância dos regimes legais

relativos ao uso do solo e às disposições dos demais programas e planos territoriais, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);

- Que compete ainda à Câmara Municipal, planejar e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização;
- Que compete à Câmara Municipal, garantir a existência de espaços públicos destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva, acautelando que todos tenham acesso aos mesmos em condições de igualdade;
- Que a Câmara Municipal deve promover a execução coordenada e programada do planeamento territorial com a colaboração, nomeadamente, de entidades privadas;
- O interesse de proprietários da área de intervenção na elaboração do PPAP;
- A informação técnica n.º 31/PN/DPU/2023, que constitui o anexo I;
- Os Termos de Referência, que constitui o anexo II;
- O Contrato de Planeamento, em minuta, que constitui o anexo III

PROPONHO QUE:

A Câmara Municipal, na prossecução das atribuições do Município no domínio da “promoção do desenvolvimento” e do “ordenamento do território e urbanismo”, previstas nas alíneas m) e n), respetivamente, do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, que estabelece, nomeadamente, o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), delibera:

1. Iniciar o procedimento de elaboração do PPAP, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, que decorrerá no prazo de 18 meses;
2. Aprovar o Contrato de Planeamento, em minuta, de acordo com o n.º 2 do artigo 81.º do RJIGT;
3. Sujeitar o Plano a Avaliação Ambiental Estratégica, segundo os n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º do RJIGT conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado;
4. Estabelecer o período de participação, pelo prazo de 15 dias úteis, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do Plano, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º conjugado com n.º 2 do artigo 88.º, ambos do RJIGT.”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 4/P/2024 foi unanimidade.**

5. PROPOSTA N.º 5/P/2024 – PROPOSTA DE REVISÃO DO TARIFÁRIO A APLICAR NO ANO DE 2024, APRESENTADA PELA ADAZ-ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A, NO ÂMBITO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE AZAMBUJA CELEBRADO ENTRE ESTA E O MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

O Sr. Vice-presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula 71.º do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Azambuja, celebrado a 11 de Maio de 2009 entre o Município de Azambuja e a Adaz – Águas da Azambuja, S.A., na redação dada pelo Aditamento ao Contrato celebrado entre as partes a 23 de Junho de 2016, veio a Adaz, através de correio eletrónico datado de 30 de setembro de 2023, apresentar proposta de revisão de tarifário a aplicar no ano de 2024 (cuja cópia se anexa como Anexo 1), de acordo com o processo de revisão de tarifas previsto no anexo IV do Aditamento ao Contrato de Concessão;
- a proposta de revisão foi submetida à Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) para efeitos de emissão de parecer, tendo esta entidade, no âmbito do parecer emitido a 31 de outubro de 2023 (Anexo 2), tecido várias considerações relativamente (a) Estrutura tarifária proposta; (b) Metodologia proposta; e (c) Conformidade do tarifário, sugerindo a respetiva correção, não obstante, a proposta de atualização tarifária para 2024 refletir corretamente o previsto no contrato;
- a Adaz respondeu às questões colocadas pela ERSAR, através do ofício DSS.0151.2023, que se junta como Anexo 3, salientando-se, relativamente ao ponto 2.3, a conformidade do tarifário proposto com o quadro legal/regulamentar.
- a proposta de revisão do tarifário está em conformidade com o processo de revisão de tarifas previsto no anexo IV do Aditamento ao Contrato, celebrado entre as partes a 23 de junho de 2016, bem como com o demais estipulado no Contrato de Concessão;

- a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Concessão, confirma que a fórmula e metodologia de revisão adotadas estão conformes com o previsto no contrato, conforme deliberação da Comissão de 22 de dezembro, cuja cópia da ata se anexa – Anexo 4;
- é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público, sendo uma das suas atribuições o saneamento básico, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual.

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar a proposta de revisão do tarifário a aplicar no ano de **2024**, apresentada pela Concessionária Adaz-Águas da Azambuja, S.A., a 30 de setembro p.p. (Anexo 1), no âmbito do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Azambuja celebrado entre esta e o Município de Azambuja, nos termos constantes do anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante.

REVISÃO TARIFÁRIA para o ANO 2024
QUADRO RESUMO - INDICES DE REVISÃO
 (Cf Anexo IV do 1º Aditamento ao Contrato de Concessão)



$$P = 0,34 \times \frac{AA_{n+1}}{AA_n} + 0,17 \times \frac{TE_{n+1}}{TE_n} + 0,49 \times \frac{IHPC_{n+1}}{IHPC_n}$$

AA_{n+1} é o valor do custo com a aquisição de água à Águas do Vale do Tejo / EPAL nos doze meses anteriores à data de revisão;

AA_n é o valor do custo com a aquisição de água fornecida pela Águas do Vale do Tejo / EPAL no período compreendido entre o 24º mês e o 13º mês anteriores à data da revisão;

TE_{n+1} é o valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela Águas do Oeste nos doze meses anteriores à data da revisão;

TE_n é o valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela Águas do Oeste, no período compreendido entre o 24º mês e o 13º mês anteriores à data de revisão;

IHPC_{n+1} é o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor sem habitação, publicado pelo Banco de Portugal em vigor à data em que ocorrer a proposta de revisão;

IHPC_n é o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor sem habitação, publicado pelo Banco de Portugal, em vigor à data em que ocorreu a última revisão.

Dados de referência para o cálculo:

AA n+1:	valor do custo de aquisição de água em alta entre Julho 2022 e Junho 2023
AA n:	valor do custo de aquisição de água em alta entre Julho 2021 e Junho 2022
TE n+1:	valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela entidade em alta entre Julho 2022 e Junho 2023
TE n:	valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela entidade em alta entre Julho 2021 e Junho 2022
IHPC n+1:	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor sem habitação em Junho de 2023
IHPC n:	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor sem habitação em Junho de 2022

		Variações
AA n+1:	1 010 377,61 €	
AA n:	971 933,84 €	3,96%
TE n+1:	580 493,48 €	
TE n:	552 100,62 €	5,14%
IHPC n+1:	119,79 ⁽¹⁾	
IHPC n:	114,37 ⁽¹⁾	4,74%
P =	1,045413	

Observações:

⁽¹⁾ Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico julho/2023; Quadro H.3.1, meses de referência junho 2021 e 2022 conforme Recomendação da ERSAR no âmbito do ciclo anual de revisão tarifária 2024

REVISÃO TARIFÁRIA para o ANO 2024
QUADRO AUXILIAR



Valor do custo de aquisição de água à AdLVT entre Julho 2018 e Junho 2019:

	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	ma/19	jun/19
Caudal (m3)	152 724	168 796	148 570	131 026	108 592	112 792	113 211	100 927	122 723	110 638	141 426	145 521
Tarifário (€/m3)	0,5903	0,5903	0,5903	0,5903	0,5903	0,5903	0,5982	0,5982	0,5982	0,5982	0,5982	0,5982
Custo (K)	90 152,98	99 640,18	87 700,87	77 344,65	64 102,86	66 583,12	67 836,03	60 475,46	73 535,62	66 294,79	84 742,46	87 196,18
												925 601,79

Valor do custo de aquisição de água à AdLVT entre Julho 2019 e Junho 2020:

	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	ma/20	jun/20
Caudal (m3)	148 952	149 330	142 725	120 902	101 670	111 050	111 045	104 740	122 364	118 747	132 637	140 537
Tarifário (€/m3)	0,5982	0,5982	0,5982	0,5982	0,5982	0,5982	0,6016	0,6016	0,6016	0,6016	0,6016	0,6016
Custo (K)	89 252,04	89 478,54	85 530,82	72 444,48	60 930,86	66 543,16	66 804,67	63 011,58	73 614,18	71 438,20	79 794,42	89 961,46
												908 782,21

Valor do custo de aquisição de água à AdLVT entre Julho 2020 e Junho 2021:

	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	ma/21	jun/21
Volume (m3)	177 205	162 579	152 893	125 000	118 082	109 613	118 387	108 930	126 946	120 251	140 088	151 747
Tarifário (€/m3)	0,6036	0,6036	0,6036	0,6036	0,6036	0,6036	0,6064	0,6064	0,6064	0,6064	0,6064	0,6064
Custo (K)	106 606,53	97 807,53	91 980,45	75 200,00	71 038,13	65 943,18	71 789,88	65 994,51	76 980,05	72 920,21	84 949,16	92 019,18
												973 228,19

Valor do custo de aquisição de água à AdVT entre Julho 2021 e Junho 2022:

	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	ma/22	jun/22
Volume (m3)	169 999	164 474	142 848	138 018	117 217	116 102	115 495	104 468	111 241	110 327	140 106	156 918
Tarifário (€/m3)	0,6064	0,6064	0,6064	0,6064	0,6064	0,6064	0,6119	0,6119	0,6119	0,6119	0,6119	0,6119
Custo (K)	103 087,39 €	99 737,03 €	86 501,75 €	83 094,12 €	71 080,39 €	70 404,25 €	70 671,39 €	63 923,97 €	68 068,37 €	67 509,09 €	91 217,96 €	96 018,12 €
												971 933,84

Valor do custo de aquisição de água à AdVT entre Julho 2022 e Junho 2023:

	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	ma/23	jun/23
Volume (m3)	159 901	162 126	131 378	125 550	119 098	114 881	117 352	115 931	127 966	140 885	156 385	157 741
Tarifário (€/m3)	0,6119	0,6119	0,6119	0,6119	0,6119	0,6119	0,6284	0,6284	0,6284	0,6284	0,6284	0,6284
Custo (K)	97 843,42 €	99 204,90 €	80 390,20 €	76 829,55 €	72 876,07 €	70 295,68 €	73 744,00 €	72 851,04 €	80 413,83 €	88 532,13 €	98 272,33 €	99 124,44 €
												1 010 377,61

Valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela AdLVT entre Julho 2018 e Junho 2019:

	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	ma/19	jun/19
Caudal (m3)	57 796	62 391	51 966	63 911	106 114	92 646	85 127	78 304	80 887	98 805	81 411	85 030
Tarifário (€/m3)						a)						
Custo (K)	44 170,81	44 170,81	44 170,81	44 170,81	44 170,81	44 170,81	45 194,10	45 194,10	45 194,10	45 194,10	45 194,10	44 170,81
												535 166,17

Valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela AdLVT entre Julho 2019 e Junho 2020:

	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	ma/20	jun/20
Caudal (m3)	70 846	70 877	68 644	88 682	98 532	133 230	122 406	80 339	78 857	107 779	91 716	86 879
Tarifário (€/m3)						a)						
Custo (K)	45 194,10	45 194,10	45 194,10	45 194,10	45 194,10	45 194,10	45 738,56	45 738,56	45 738,56	45 738,56	45 738,56	45 738,56
												543 593,86

Valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela AdLVT entre Julho 2020 e Junho 2021:

	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	ma/21	jun/21
Volume (m3)	87 625	82 888	74 356	89 066	102 080	126 349	125 677	144 446	122 953	114 009	87 731	88 428
Tarifário (€/m3)						a)						
Custo (K)	45 738,56 €	45 738,56 €	45 738,56 €	45 738,56 €	45 738,56 €	45 738,56 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €
												548 577,86

a) custo apurado de acordo com os rendimentos tarifários estabelecidos no período de convergência tarifária, por via do Despacho n.º 15747/2016 de 30 dezembro 2016 em DR.

Valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela AdLVT entre Julho 2021 e Junho 2022:

	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	ma/22	jun/22
Volume (m3)	81 580	77 229	79 776	95 656	68 222	85 838	71 335	62 368	95 332	81 488	75 226	69 551
Tarifário (€/m3)						a)						
Custo (K)	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	45 691,10 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €
												552 100,42

Valor do custo com o tratamento de efluentes cobrado pela AdLVT entre Julho 2022 e Junho 2023:

	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	ma/23	jun/23
Volume (m3)	81 580	77 229	79 776	95 656	68 222	85 838	71 335	62 368	95 332	81 488	75 226	69 551
Tarifário (€/m3)						a)						
Custo (K)	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	46 325,67 €	50 423,24 €	50 423,24 €	50 423,24 €	50 423,24 €	50 423,24 €	50 423,24 €
												580 493,48

TARIFÁRIO 2024

Consumos	Escalação	(valor 2024)		(valor 2023)	(valor 2023)
		Água (l) €/m ³	Saneamento (l) €/30 dias		
Doméstico	1ª 0 a 5 m ³ /30 dias	0,8634	71%	0,8259	71%
	2ª 6 a 15 m ³ /30 dias	1,3718		1,3122	
	3ª 16 a 25 m ³ /30 dias	3,0746		2,9411	
	4ª mais de 25 m ³ /30 dias	4,4347		4,2421	
Não Domésticos (Estado, comerciais, serviços, garagens, industriais, agrícolas, condomínios e outros)	1ª 0 a 25 m ³ /30 dias	2,3888	85%	2,2850	85%
	2ª mais de 25 m ³ /30 dias	3,0746		2,9411	
Instituições Privadas de Beneficência, Culturais, Desportivas e de Interesse Público	Único	1,3718		1,3122	
Autarquias da área do Município	Único	1,3718		1,3122	
Autarquias limítrofes	Único	0,9099		0,8704	
Famílias Numerosas	+ 3 m ³ por cada elemento do agregado familiar a partir do 5º elemento do agregado familiar	-		-	
Tarifário Social	1ª e 2ª 0 a 15 m ³ /30 dias	0,8634	71%	0,8259	71%
	3ª Escalão e seguintes	Tarifário Doméstico		Tarifário Doméstico	
Tarifa de disponibilidade Água (l)		(valor 2024) €/30 dias		(valor 2023) €/30 dias	
Utilizadores domésticos					
calibre ≤ 25 mm; nível único		4,9688		4,7510	
Social e Familiar					
calibre ≤ 25 mm; nível único		isento		isento	
Utilizadores não domésticos e utilizadores domésticos de calibre superior a 25 mm					
calibre ≤ 20 mm; 1ª nível		7,0955		6,7873	
calibre > 20 mm e ≤ 30 mm; 2ª nível		14,7823		14,1401	
calibre > 30 mm e ≤ 50 mm; 3ª nível		41,3904		39,5925	
calibre > 50 mm e ≤ 100 mm; 4ª nível		112,3454		107,4652	
calibre > 100 mm e ≤ 300 mm; 5ª nível		177,3875		169,6819	
calibre > 300 mm e ≤ 400 mm; 6ª nível		419,8171		401,5806	
Tarifa de Disponibilidade Saneamento (l)		(valor 2024) €/30 dias		valor 2023 €/30 dias	
Utilizadores domésticos		3,1161		2,9807	
Social e Familiar		isento		isento	
Utilizadores não domésticos e utilizadores domésticos de calibre superior a 25 mm					
calibre ≤ 20 mm; 1ª nível		7,0955		6,7873	
calibre > 20 mm e ≤ 30 mm; 2ª nível		14,7823		14,1401	
calibre > 30 mm e ≤ 50 mm; 3ª nível		41,3904		39,5925	
calibre > 50 mm e ≤ 100 mm; 4ª nível		112,3454		107,4652	
calibre > 100 mm e ≤ 300 mm; 5ª nível		177,3875		169,6819	
calibre > 300 mm e ≤ 400 mm; 6ª nível		419,8172		401,5806	
I - Outros Serviços Água ⁽²⁾					
Vistorias e/ou ensaios a canalizações de água:		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Edifícios de habitação (por cada dispositivo de utilização)		4,0110		3,8368	
Infra-estruturas de água de lotamentos (por cada lote)		20,0801		19,2078	
Edifícios de comércio, indústria e outros (por cada dispositivo)		13,3868		12,8053	
Ligação interior de ramais à rede pública:		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Primeira ligação		41,3904		39,5924	
Restabelecimento após interrupção solicitada ou imposta		41,3904		39,5924	
Instalação e verificação de contadores:		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Colocação		Não Aplicável		Não Aplicável	
Aferição extraordinária a pedido do Utilizador (a)		118,2583		113,1212	
Verificação (b)		29,5666		28,2803	
Mudança (transferência) de consumidor		18,6257		17,8166	

TARIFÁRIO 2024

(a) tarifa devida em caso de avaria penalizadora do utilizador e não imputável ao mesmo		(1) Acresce IVA à taxa de 6%	
(b) verificação funcional no local sem aferição do contador e não aplicável em caso de avaria não imputável ao utilizador		(2) Acresce IVA à taxa de 23%	
Outros serviços prestados a particulares:		valor 2024 (€)	
Abertura de água		29,5646	28,2803
Fecho de água		41,3904	39,5924
Deslocação por solicitação de particulares para análise de instalações particulares quando não haja aplicação de outras tarifas		29,5646	28,2803
Ligação de condutas ou acessórios à rede geral de distribuição, não incluindo materiais, caixas de visita, condutas e acessórios		337,0363	322,3957
Intervenção por rombos nas condutas		674,0726	644,7913
Fornecimento de água por auto-canque (€/m ³)		8,8694	8,4841
Encargos de administração para outros serviços não especificados na presente tabela		custos + 20%	custos + 20%

Ramais Domiciliares (valor 2024)			Ramais Domiciliares (valor 2023)	
Diâmetro do Ramal	Dimensão (até 5 ml), €	Dimensão (superior a 5 ml) por cada ml além dos 5 ml acresce €/ ml	Dimensão (até 5 ml), €	Dimensão (superior a 5 ml) por cada ml além dos 5 ml acresce €/ ml
3/4"	422,4940	79,0192	404,1412	75,6058
1"	422,4940	79,0192	404,1412	75,6058
1 1/4"	422,4940	79,0192	404,1412	75,6058
1 1/2"	422,4940	79,0192	404,1412	75,6058
2"	599,6706	86,0108	573,6213	82,2745
> 2" a 3"	946,0705	99,2416	904,9738	94,9306
> 3" a 4"	1 111,4646	119,0872	1 063,1833	113,9141
> 4" a 6"	1 111,4646	119,0872	1 063,1833	113,9141
> 6" a 8"	1 111,4646	119,0872	1 063,1833	113,9141
> 8"	1 111,4646	119,0872	1 063,1833	113,9141

II - Outros Serviços Saneamento ⁽²⁾		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Tarifa de ligação:		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Habitação unifamiliar		41,2905	41,2905	39,5925	39,5925
Edifícios multifamiliares, comércio e outras não especificadas		177,3874	177,3874	169,6818	169,6818
Loteamentos e condomínios (por cada lote)		59,1291	59,1291	56,5606	56,5606
Indústrias		413,9041	413,9041	395,9244	395,9244
Restabelecimento após interrupção solicitada ou imposta		65,0421	65,0421	62,2167	62,2167
Fiscalização, vistorias e/ou ensaios a canalizações de esgotos:		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Edifícios de habitação (por cada dispositivo de utilização)		3,8993	3,8993	3,7299	3,7299
Infra-estruturas de água de loteamentos (por cada lote)		19,4964	19,4964	18,6495	18,6495
Edifícios de comércio, indústria e outros (por cada dispositivo de utilização)		13,0020	13,0020	12,4372	12,4372
Outros serviços prestados a particulares:		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Desobstrução de colectores (por hora ou fracção)		147,8231	147,8231	141,4018	141,4018
Deslocação por solicitação de particulares para análise de instalações particulares quando não haja aplicação de outras tarifas		29,5646	29,5646	28,2803	28,2803
Fiscalização de ligação de colectores ou acessórios à rede de drenagem, não incluindo materiais, caixas de visita, condutas e acessórios		177,3878	177,3878	169,6822	169,6822
Tarifa por cada caixa de ramal além da incluída no ramal de ligação		443,4695	443,4695	424,2055	424,2055
Intervenção por rombos nas condutas		custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%
Ampliação e extensão da rede ou outros serviços não especificados na presente tabela e encargos de administração (artigo 68º do Regulamento municipal de Águas Residuais)		custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%
Obras coercivas de reparação da rede de drenagem		custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%
Análise de águas residuais		custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%	custos + 20%
Limpeza de fossas domésticas (Custo/depósito de 4 m ³):		valor 2024 (€)		valor 2023 (€)	
Dentro das zonas urbanas previstas no PDM		90,4676	90,4676	86,5377	86,5377
Fora das zonas urbanas previstas no PDM		67,8464	67,8464	64,8992	64,8992
Comércio / Indústria		113,0899	113,0899	108,1773	108,1773
Coletividades		67,8454	67,8454	64,8982	64,8982

Ramais Domiciliares (valor 2024)			Ramais Domiciliares (valor 2023)	
Diâmetro do Ramal	Dimensão (até 5 ml), €	Dimensão (superior a 5 ml) por cada ml além dos 5 ml acresce €/ ml	Dimensão (até 5 ml), €	Dimensão (superior a 5 ml) por cada ml além dos 5 ml acresce €/ ml
110 mm	575,5168	64,2381	550,5167	61,4476
125 mm	639,7550	82,7761	611,9645	98,2116
140 mm	770,7840	115,6139	737,3016	110,5917
160 mm	1 284,6401	134,8828	1 228,8361	129,0236
200 mm	3 211,6001	167,0021	3 072,0903	159,7476
250 mm ou superior	5 138,5604	256,9280	4 915,3446	245,7672

A Sra. Vereadora Inês Louro assinalou o facto de o parecer do ERSAR não ser favorável, o que leva à necessidade de fundamentação legal. Tal acontece na resposta da AdAz que, em seu entender nada responde.

O Sr. Vereador José Paulo criticou o facto de a AdAz não acolher as críticas da ERSAR e perguntou se a Câmara enviou algum esclarecimento, tendo o Sr. Eng. Pedro Fragoeiro explicado que a resposta é a da AdAz, e só este ano é que se colocaram estas questões. Alterações implicam menor receita para a empresa o que poderá significar uma negociação de um reequilíbrio económico-financeiro da concessão.

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 5/P/2024 foi aprovada, com três votos a favor (PS e CDU) e com três votos contra (PSD e Chega – Voto de vencido)**. O Sr. Vice-presidente exerceu voto de qualidade.

O Chega apresentou **declaração de voto** que se transcreve: “A presente proposta não se afigura no estrito cumprimento da lei, designadamente porque não cumpre o estipulado nos termos do nº 8 do artº 11 do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, com alterações introduzidas pela lei nº 12/2014, de 16 de março, onde há necessidade de fundamentação por parte da entidade em relação ao pareceres da entidade reguladora, o que não vem a acontecer na resposta que é emitida pelas Águas da Azambuja.”

6. PROPOSTA N.º 1/V-MO/2024 – ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DE 18 CABAZES DE NATAL EFETUADA PELA EMPRESA HYPERION RENEWABLES E RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO POR FAMÍLIAS CARENCIADAS — RATIFICAÇÃO

A Sra. Vereadora Mara Oliveira apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- os municípios dispõem de atribuições, previstas na alínea h) do n.º 2 do artigo 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na área da ação social, competindo-lhe a prestação de apoio aos mais carenciados;
- os direitos sociais são essenciais a uma vida condigna, devendo garantir o acesso à saúde, educação e emprego e, por esse motivo, a atribuição de apoios à população carenciada tem sido uma forma de intervenção do Município em resposta a situações de carência económica identificadas e que requerem uma atuação tão pronta quanto possível, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;
- as autarquias locais, dada a sua proximidade aos cidadãos, apresentam responsabilidades acrescidas na criação de medidas adequadas às necessidades das populações locais, para que os direitos sociais sejam assegurados de forma mais eficaz;
- a empresa Hyperion Renewables, através de email datado de 13 de dezembro de 2023 (em anexo), veio manifestar, junto do serviço de Ação Social do Município, a intenção de colaborar com a Câmara Municipal com a doação de 18 cabazes de Natal, composto por géneros alimentícios, para a sua posterior distribuição por famílias carenciadas do Concelho, devidamente sinalizadas pelo Município;
- os cabazes são compostos por 1 Garrafa de Azeite, 1 Bacalhau cortado em postas, 1 Queijo, 1 Pote de Mel, 1 Garrafa de Vinho, 1 Pacote de Massa, 1 Embalagem de tostas, 1 embalagem de presunto, 1 Paté, 1 Embalagem de frutos secos, 1 Embalagem de Biscoitos e 1 Caixa de Chocolates, tendo um valor unitário de cerca de 60€ (sessenta euros);
- a referida doação resulta da preocupação da Empresa com as dificuldades enfrentadas por algumas famílias em situações de vulnerabilidade social no município, contribuindo, assim, para proporcionar um Natal mais digno a essas famílias;
- nesse sentido, o Serviço de Ação Social avaliou e identificou as famílias destinatárias com base nos seguintes critérios: Vulnerabilidade Social, Agregados compostos por Menores de Idade e Agregados compostos por idosos;
- face à urgência, por meu despacho de dia 21 de dezembro de 2023, exarado sobre a Inf. N.º 441/DIS, que se anexa, foi a doação aceite e autorizada a distribuição dos cabazes pelas famílias carenciadas, residentes no Concelho de Azambuja, identificadas pelo Serviço de Ação Social, abrangendo um total de 35 pessoas: 5 cabazes foram atribuídos a agregados residentes na freguesia de Azambuja, 8 na freguesia de Aveiras de Cima, 2 na freguesia de Aveiras de Baixo, 1 na freguesia de Vila Nova da Rainha, 1 na freguesia de V. N. S. Pedro e 1 na freguesia de Vale do Paraíso;
- nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara aceitar doações com interesse para o Município;
- nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara deliberar sobre o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar os atos da sua competência que sejam praticados pelo Presidente ou Vereador com competência delegada, por motivo de urgência.

Proponho no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 12-A/P/2017, do Presidente da Câmara:

Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere ratificar o meu despacho de 21 de dezembro de 2023, exarado sobre a Inf. N.º 441/DIS, que aceitou a doação dos 18 Cabazes de Natal, no valor total de 1.080,00€ (mil e oitenta euros), efetuada pela Hyperion Renewables, e autorizou a distribuição dos cabazes pelas famílias carenciadas, residentes no Concelho de Azambuja, identificadas pelo Serviço de Ação Social, abrangendo um total de 35 pessoas (5 cabazes foram atribuídos a agregados residentes na freguesia de Azambuja, 8 na freguesia de Aveiras de Cima, 2 na freguesia de Aveiras de Baixo, 1 na freguesia de Vila Nova da Rainha, 1 na freguesia de V. N. S. Pedro e 1 na freguesia de Vale do Paraíso).”

Uma vez posta a votação a Proposta N.º 1/V-MO/2024 foi aprovada por unanimidade.

7. PROPOSTA N.º 1/V-AMC/2024 – PLANO DE AÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA (PAPERSU) - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA ATRAVÉS DA PROPOSTA N.º 41/V-AMC/2023 E SUBMISSÃO DO PROJETO DE PLANO A CONSULTA PÚBLICA

A Sra. Vereadora Ana Coelho apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) determina que os planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação (PAPERSU) são elaborados pelas entidades gestoras dos sistemas municipais e multimunicipais, em articulação com os planos de gestão de resíduos de nível nacional (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos - PERSU 2030), com vista a concretizar as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para a respetiva área geográfica;
- para dar cumprimento às obrigações no âmbito do RGGR, assim como das metas e ações estabelecidas no PERSU 2030, o Município de Azambuja elaborou o projeto de Plano de Ação de Resíduos Urbanos do Município de Azambuja (em anexo), em articulação com o Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos (PERSU 2030), com vista a definir as medidas e ações a desenvolver para o cumprimento da Estratégia Nacional, no qual identificou e definiu 17 medidas e ações enquadradas nos três eixos de ação, nomeadamente: Eixo 1 – Prevenção, Eixo 2 - Gestão de Recursos, Eixo 3 - Gestão de Resíduos;
- nesta sequência, foi deliberado, através da Proposta n.º 41/V-AMC/2023, aprovada na reunião de 19 de dezembro p.p., submeter o referido projeto de Plano à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25º e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 33º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, para aprovação;
- no entanto, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, se mostra necessário submeter previamente o referido projeto de Plano a consulta pública para recolha de sugestões, devendo, para o efeito, ser publicado o competente aviso na 2.ª série do Diário da República, e publicitado na Internet (no sítio institucional do Município de Azambuja);
- nessa medida, torna-se necessário revogar a Proposta n.º 41/V-AMC/2023, aprovada na reunião de 19 de dezembro p.p., por extemporânea;
- nos termos do disposto no artigo 169º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual, os atos administrativos podem ser objeto de revogação por iniciativa dos órgãos competentes, sendo para tal competentes os seus autores;
- tendo a Câmara aprovado a Proposta n.º 41/V-AMC/2023, caberá igualmente a este órgão a revogação da mesma deliberação.
- compete à Câmara Municipal de Azambuja, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar os projetos de plano e submeter os mesmos a consulta pública;

Proponho, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 13-A/P/2021 do Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal delibere:

- a) Revogar a deliberação tomada na sua reunião de 19 de dezembro p.p., constante na Proposta n.º 41/V-AMC/2023;
- b) Aprovar a submissão a consulta pública do Projeto do Plano de Ação de Resíduos Urbanos do Município de Azambuja, em articulação com o Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos (PERSU 2030), com vista a definir as medidas e ações a desenvolver para o cumprimento da Estratégia Nacional, que se anexa, a decorrer pelo período de 30 dias úteis a contar da data da publicação de edital em Diário da República;
- c) Que, para o efeito, seja publicado o competente aviso na 2ª série do Diário da República, e o supra citado Plano seja publicado na Internet (no sítio institucional da Câmara Municipal de Azambuja), podendo os interessados apresentar, por escrito, por correio (Praça do Município, n.º 19, 2050-315 Azambuja) ou por email (geral@cm-azambuja.pt), as suas sugestões sobre o Plano.”

Uma vez posta a votação a Proposta N.º 1/V-AMC/2024 foi aprovada por unanimidade.

8. PROPOSTA N.º 2/V-AMC/2024 – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL, VESTUÁRIO, CONFEÇÃO E LANIFÍCIO (MODATEX) - 2024

A Sra. Vereadora Ana Coelho apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- *através da Proposta n.º 26/V-AMC/2022, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, na reunião de 13.09.2022, a celebração de um protocolo com o Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifício (MODATEX), com vista à definição dos termos e condições gerais de partilha de recursos materiais e/ou humanos, no quadro de desenvolvimento de ações de formação, integradas na medida Vida Ativa;*
- *nos termos do mencionado protocolo, o Município cedeu, à MODATEX, salas nas instalações sitas na Rua da Quinta da Mina, em Azambuja, para que esta aí ministrasse a ação de formação de Costureiro/a Modista, com a duração total de 850 horas;*
- *a ação de formação foi ministrada a 15 formandos, tendo-se revelado de adesão muito satisfatória;*
- *o Município mantém o interesse em colaborar com o Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifício (MODATEX) no desenvolvimento de ações de formação, integradas na medida Vida Ativa, tendo em vista a dotação de competências relevantes a desempregados, que potenciem ou valorizem as que já possuem e a mobilização para processos subsequentes de qualificação ou reconversão profissional;*
- *nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, os Municípios dispõem de atribuições na área da educação, ensino e formação profissional;*
- *nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o apoio a programas e projetos de apoio de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central.*

Proponho, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 13-A/P/2021 do Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração de um Protocolo com o Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifício (MODATEX), nos termos constantes de documento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante.

-MINUTA-

**PROTOCOLO DE PARCERIA PARA A QUALIFICAÇÃO Nº DL/001/2024
ENTRE O CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL, VESTUÁRIO,
CONFEÇÃO E LANIFÍCIOS (MODATEX) E O MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**

No quadro do Acordo de Concertação Social — Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, afirmou-se a necessidade de adotar medidas urgentes e estruturais que permitam modernizar as políticas ativas de emprego e o ajustamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, promovido pelo serviço público de emprego.

No âmbito do previsto no referido Protocolo, este objetivo deverá ser prosseguido através da implementação de linhas de ação ou medidas, entre as quais:

- i) o aumento da ligação entre os desempregados inscritos nos centros de emprego e a oferta formativa dos centros de formação profissional;
- ii) o encaminhamento dos desempregados inscritos para a rede de centros de formação profissional e, quando necessário pela especificidade da formação, para os centros de formação protocolares;
- iii) a disponibilização de um módulo de formação transversal que promova a melhoria da empregabilidade.

Na mesma linha, o PROGRAMA DE RELANÇAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO (Resolução do conselho de Ministros N.º 20/2012, de 9 de março) visa acompanhar de forma mais regular e eficaz o desempregado, potenciando o seu rápido regresso à vida ativa. Para tanto, importa ajustar os planos pessoais de emprego às necessidades e ao potencial de cada desempregado.

Pela Portaria N.º 203/2013, de 17 de junho, é criada a medida VIDA ATIVA - EMPREGO QUALIFICADO, adiante designada medida VIDA ATIVA, que visa reforçar a qualidade, a eficácia e a agilidade das respostas no âmbito das medidas ativas de emprego, particularmente no que respeita à qualificação profissional.

Desta forma, considerando que,

- a medida VIDA ATIVA pretende que os desempregados se integrem de forma mais célere em ações de formação, com vista a adquirir competências relevantes para o mercado de trabalho, que potenciem ou valorizem as que já possuem, e se mobilizem para processos subsequentes de qualificação ou de reconversão profissional, particularmente em setores de bens ou serviços transacionáveis;

- esta aposta exige a mobilização alargada dos diversos operadores (públicos, privados e cooperativos) tendo em vista obter uma resposta mais célere, com maior cobertura territorial e mais ajustada às necessidades dos desempregados e do mercado de emprego;
- existem, nas diversas instituições de educação e formação, espaços e equipamentos subaproveitados, quando outros não conseguem, apenas com base na sua capacidade instalada, dar resposta às solicitações;
- importa racionalizar os meios e recursos existentes para a prossecução dos objetivos estabelecidos em matéria de (re)qualificação de desempregados,

É, assim, celebrado o presente Protocolo entre o **CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL, VESTUÁRIO, CONFECÇÃO E LANIFÍCIOS (MODATEX)**, neste ato representado por José Manuel Castro, na qualidade de Diretor, adiante designado por 1.º outorgante, pessoa coletiva de direito público nº 509 906 478, com sede em Rua do Professor Augusto Nobre, 483, 4150-119 Porto, e o **MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**, neste ato representado por Silvino José da Silva Lúcio, na qualidade de Presidente, adiante designado por 2.º outorgante, pessoa coletiva de direito público nº 506 821 480, com sede em Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, que se rege pelas cláusulas seguintes: _____

Cláusula Primeira

(Objeto e âmbito)

1. O presente protocolo tem por Objeto a definição dos termos e condições gerais de partilha de recursos materiais e/ou humanos, no quadro do desenvolvimento de ações de formação, integradas na medida Vida Ativa, com base no Caderno de Encargos N.º DL/005/2024, que faz parte integrante deste protocolo. _____
2. O MODATEX reserva-se o direito de alterar as datas de realização da ação mediante o número de inscrições. _____
3. A intervenção formativa realiza-se nas instalações do 2.º outorgante, com morada em Rua Quinta da Mina, em Azambuja, para a realização da ação de formação de Costureiro/a Modista (Costureiro/a Modista - Iniciação, Costureiro/a Modista - Desenvolvimento e Costureiro/a Modista — Aprofundamento, respetivamente 300, 275 e 275 horas) com a duração total de 850 h. _____
4. Nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 242/83, de 7 de julho, o presente protocolo não gera nem titula relações de trabalho subordinado e caduca com a conclusão da ação de formação para que foi celebrado. _____

Cláusula Segunda

(Responsabilidades do 1.º outorgante)

1. Compete ao 1.º Outorgante: _____
 - a) Assegurar o cumprimento dos requisitos na solicitação do serviço. _____
 - b) Assegurar o equipamento necessário para equipar a sala de confeção. _____
 - c) Assegurar manutenção dos equipamentos disponibilizados pelo MODATEX. _____
 - d) Assegurar a seleção e elegibilidade dos candidatos sinalizados pelo Município. _____
 - e) Informar os participantes das datas de realização da ação. _____
 - f) Assegurar a formação programada com respeito pela legislação e regulamentação em vigor, pelas condições de aprovação da ação de formação e pelo regime de concessão do Financiamento. _____
 - g) Assegurar o seguro de acidentes pessoais ocorridos durante e por causa das atividades de formação.
 - h) Respeitar rigorosamente toda e qualquer informação de natureza confidencial que seja fornecida no decurso da colaboração. _____

Cláusula Terceira

(Responsabilidades do 2.º outorgante)

1. Compete ao 2.º Outorgante: _____
 - a) Nomear os interlocutores para efeitos deste protocolo. _____
 - b) Divulgar e assegurar a inscrição dos candidatos a formandos. _____
 - c) Assegurar a descrição dos requisitos pretendidos no serviço. _____

- d) Fornecer os dados necessários ao Dossier Técnico Pedagógico. _____
- e) Proporcionar as condições logísticas necessárias ao adequado funcionamento das ações de formação. _____

Cláusula Quarta

(Identificação dos espaços)

1. O 2.º outorgante compromete-se a ceder ao 1.º outorgante, sem custos, os seguintes espaços para o desenvolvimento da formação, no âmbito da medida Vida Ativa; _____
- a) Sala Modelagem devidamente equipada, quadro, mesas conforme descrito no caderno de encargos; _____
- b) Sala com luz trifásica para o equipamento de confeção; _____
- c) Espaço equipado para as refeições dos formandos; _____
- d) Assegurar a limpeza e manutenção dos espaços cedidos para a formação; _____
- e) Matéria-prima específica para algum projeto proposto pelo Município. _____

Cláusula Quinta

(Utilização dos espaços comuns)

Aos formandos e formadores do 1.º outorgante, é permitido o acesso aos espaços do 2.º outorgante, designadamente, espaços comuns, durante o período em que decorrer a formação. _____

Cláusula Sexta

(Acompanhamento)

A monitorização do presente Protocolo é assegurada por uma comissão de acompanhamento, constituída por um representante de cada uma das partes signatárias, cabendo ao 1.º outorgante a respetiva coordenação. _____

Cláusula Sétima

(Vigência)

1. Este protocolo produz efeitos a partir da data em que é assinado e vigorará pelo período que decorrer a ação de formação. _____
2. O presente Protocolo pode ser alterado nos termos aceites por cada uma das entidades signatárias. _____
3. O presente Protocolo pode, a todo o momento, ser denunciado por iniciativa de cada uma das entidades signatárias, mediante aviso prévio em carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, 30 dias úteis de antecedência em relação ao termo do prazo a que respeita. _____

Cláusula Oitava

(Dados Pessoais)

Os outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais, de acordo com os direitos e deveres elencados no CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES E CLAUSULAS CONTRATUAIS SUBCONTRATANTE, quando aplicável. _____ ”

Uma vez posta a **votação a Proposta N.º 2/V-AMC/2024 foi aprovada por unanimidade.**

9. PROPOSTA N.º 1/VP-AJM/2024 – DOAÇÃO DE LIVROS NO ÂMBITO DO PROJETO "LER COM PRAZER"

O Sr. Vice-presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- o Município de Azambuja tem como corolário promover as bibliotecas como "força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e mulheres" (in Manifesto da Unesco), quer sejam municipais, de freguesia ou escolares;
- esse corolário se concretiza através da cooperação e da rentabilização de meios, da promoção de ações de animação da leitura e do apoio/cooperação em projetos de leitura, apresentados pelas equipas das bibliotecas municipais, tendo em vista o desenvolvimento dos hábitos de leitura e competências literárias;
- no âmbito do projeto "Ler por prazer", desenvolvido com os alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, em parceria com o Município, são abrangidas 98 turmas e mais de 2000 crianças, no universo dos três agrupamentos de escolas do concelho;
- através de informação por correio eletrónico, veio a responsável pela Rede de Bibliotecas do Município de Azambuja (RBMA) informar a disponibilidade para doar às Bibliotecas Escolares 98 livros;
- nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara

Municipal deliberar a forma de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município.

Proponho, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 13-A/P/2021, do Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere doar, às Bibliotecas Escolares dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Azambuja, um total de 98 livros, conforme lista em anexo à presente proposta, e que dela faz parte integrante, selecionados pelas próprias turmas, para que sejam lidos em voz alta dentro das salas de aula num momento de prazer, não associado a trabalhos, de forma a promover o gosto pela leitura de acordo com os objetivos propostos no projeto “Ler por prazer”.

Os livros doados ficarão a fazer parte do espólio das Bibliotecas Escolares dos respetivos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Azambuja.”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 1/VP-AJM/2024 foi aprovada por unanimidade.**

10. INFORMAÇÕES

10.1. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira

10.1.1. Contabilidade:

- Resumo da Execução Orçamental – Período **01 de janeiro a 26 de dezembro de 2023**
- Mapa de Fundos Disponíveis
- INF. 21 P 2023 DAF – Modificação ao Orçamento
- INF. 22 P 2023 DAF – Modificação ao Orçamento

A Câmara tomou conhecimento

10.1.2. Aprovisionamento, Período de **12/12/2023 a 22/12/2023**

- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo da Proposta nº 5-A/P/2021
- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais, Proposta 106/P/2022

A Câmara tomou conhecimento

10.2. Divisão de Gestão Urbanística

- Mapa de Despachos do mês de novembro 2023

A Câmara tomou conhecimento

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

Interveio o Sr. Pires que manifestou desagrado pela falta do PDM. Questiona se o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU 2020 é para todo o concelho ou só para algumas zonas e, por fim, lembra um pedido ainda não respondido – a entrega de pareceres técnicos relativos à opção pela remoção ou manutenção do amianto no aterro da Triaza. O Sr. Vice-presidente esclareceu que algumas localizações só não foram abrangidas por não reunirem critérios. Desconhece se havia estudos geológicos relativamente à implantação do amianto e, quanto à sua remoção, apesar de ter votado contra a instalação do aterro, tendo em conta o que aconteceu posteriormente, com máquinas a passar por cima dos detritos, em sua opinião é melhor não proceder à remoção. Informou, também, que o PDM vai ficar esta semana no site da Câmara, dado que o trabalho técnico está concluído. O atraso está a dever-se à necessidade de pareceres externos de outras entidades.

O Sr. Pires acrescentou que, com base em estudos a que teve acesso, a breve prazo a população de Azambuja estará a beber água com amianto.

Tomou a palavra o Sr. José Caetano que salientou a falta de poda das árvores. Assinalou, também, a necessidade de reposição de parte do sistema de rega da rede da Urbanização da Fábrica da Cortiça, bem como dos arranjos da paragem frente à escola Secundária. Defendeu a colocação de sinalética de trânsito (estacionamento), na vila. Criticou a falta de civismo de muitas pessoas relativamente à deposição de resíduos urbanos e monos na vila de Azambuja. Por fim, assinalou a inoperacionalidade dos elevadores da estação da REFER e criticou o funcionamento dos sistemas de Saúde e de Justiça.

O Sr. Vice-presidente informou que a poda já está programada pelos serviços. Irá falar com o Sr. Presidente de Junta relativamente ao sistema de rega. O comportamento sem civismo da população dificilmente pode ser contornado. A sinalética será objeto de análise.

ENCERRAMENTO

Eram doze horas e quarenta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.

Endereço eletrónico para a visualização na íntegra da presente reunião: <https://youtu.be/FMGKB1rHero>